



**(DES)ENCONTROS ENTRE A ESTRADA E O RIO:
O CASO DA GLEBA DA BOTA NO OESTE DA AMAZÔNIA PARAENSE***

**(DES)ENCOUNTERS BETWEEN THE ROAD AND THE RIVER:
GLEBA DA BOTA CASE IN THE WEST OF PARA'S AMAZON**

**(DES)ENCUENTROS ENTRE LA CARRETERA Y EL RÍO:
EL CASO DE LA GLEBA DE LA BOTA EN EL OESTE DE LA AMAZONIA PARAENSE**

Francilene Sales da Conceição

Professora Substituta da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq
E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com

Alyson Fernando Alves Ribeiro

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq
E-mail: alyson_pop17@hotmail.com

Ricardo Gilson da Costa Silva

Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq
E-mail: rgilson@unir.br

RESUMO:

O avanço do agronegócio na região oeste do Pará tem produzido novos conflitos agrário-territoriais para o campesinato-agroextrativista, acirrando a problemática da terra e das disputas por territórios. O artigo analisa a situação fundiária e as dinâmicas socioterritoriais da Área Federal da Gleba da Bota, localizada no município de Belterra. A metodologia adotada assenta-se na abordagem qualitativa e cartográfica, trabalho de campo, entrevista e diálogos com instituições públicas e comunidades rurais afetadas pela monocultura da soja. Como resultado tem-se os conflitos entre os agentes hegemônicos e as comunidades rurais dos projetos de assentamentos, indicando a expropriação e grilagem de terras públicas pelo agronegócio e as resistências do campesinato-agroextrativista, com o fortalecimento das territorialidades camponesas e a defesa dos territórios culturais, de trabalho familiar e comunitário, exposto na síntese entre a geografia da estrada com a geografia dos rios.

Palavras-chave: Amazônia; Território; Campesinato; Agronegócio; Espaço Agrário.

ABSTRACT:

The advance of agribusiness in the western Pará has produced new agrarian-territorial conflicts for the peasantry-agroextractivist, aggravating the problems of land and disputes over territories. The article analyzes the socio-territorial situation and dynamics of the Federal Area of Gleba da Bota, located in the municipality of Belterra. The methodology adopted is based on the qualitative and cartographic approach, field work, interviews and dialogues with public institutions and rural communities affected by soy monoculture. As a result, there are conflicts between hegemonic agents and rural communities in settlement projects, indicating the expropriation and spoil of public lands by agribusiness and the resistance of the peasantry-agroextractivist, with the strengthening of peasant territorialities and the defense of cultural territories, of family and community patterns of work, exposed in the synthesis between the geography of the road and the geography of the rivers.

Keywords: Amazon. Territory; Peasantry Agribusiness; Agrarian Space.

* Artigo compõe o *Projeto de Pesquisa Direitos Humanos e Direitos Territoriais: desafios e perspectiva na Amazônia*, financiado pelo DHJUS/UNIR/EMERON.

RESUMEN:

El avance del agronegocio en la región oeste de Pará ha producido nuevos conflictos agrarios-territoriales para el campesinado-agroextractivista, acentuando la problemática de la tierra y de las disputas por territorios. El artículo analiza la situación agraria y las dinámicas socioterritoriales del Área Federal de la Gleba da Bota, ubicada en el municipio de Belterra. La metodología adoptada se asienta en el abordaje cualitativo y cartográfico, trabajo de campo, entrevista y diálogos con instituciones públicas y comunidades rurales afectadas por el monocultivo de la soja. Como resultado se tienen los conflictos entre los agentes hegemónicos y las comunidades rurales de los proyectos de asentamientos, indicando la expropiación y el grilaje de tierras públicas por el agronegocio y las resistencias del campesinado-agroextractivista, con el fortalecimiento de las territorialidades campesinas y la defensa de los territorios culturales, de trabajo familiar y comunitario, expuesto en la síntesis entre la geografía de la carretera con la geografía de los ríos.

Palabras clave: Amazonia; Territorio; Campesinado; Agroindustria; Espacio Agrario.

1 INTRODUÇÃO

A geografia agrária na Amazônia não deve ser compreendida exclusivamente a partir dos dilemas alusivos à luta pela terra. Deve-se colocar em relevo que as dinâmicas agrárias na região cada vez mais se deslocam para a questão do território como condição de resistências dos povos, comunidades tradicionais e assentados rurais amazônicos.

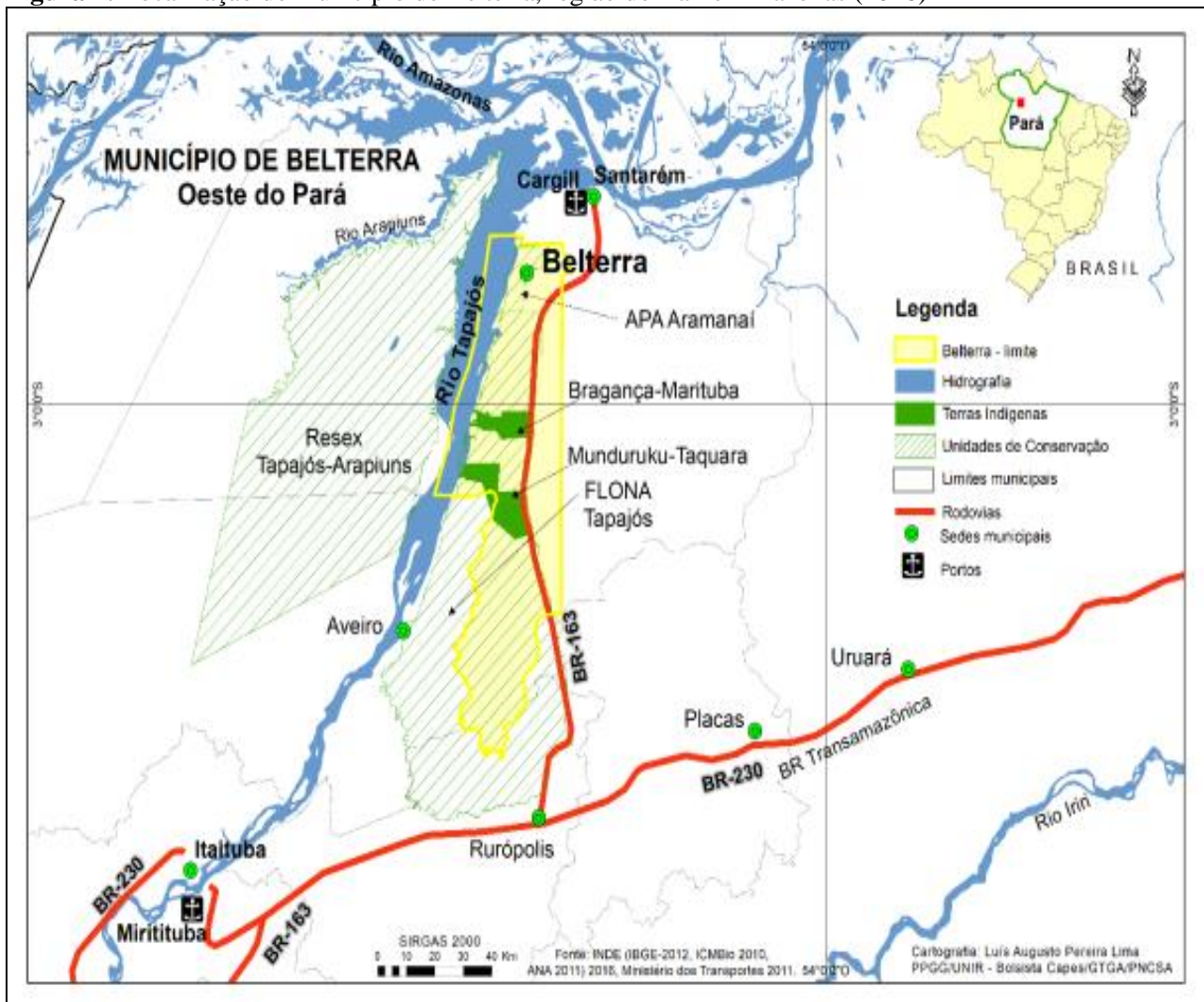
A luta pela terra e pelos territórios ocorre no que podemos qualificar como tríade do mundo agrário amazônico: terra-água-floresta. Nessa perspectiva, há todo um mosaico de resistências das populações rurais que vivem nas diversas geografias, seja nos territórios aquáticos/fluviais, nos campos ou nas florestas (COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018). Constituem lutas contra o capital globalizado, personificado no agronegócio, nas hidrelétricas, na mineração, na indústria de grilagem de terras públicas, as quais perscrutam dominar áreas rurais e, por conseguinte, a desterritorialização das comunidades rurais (CAVALCANTE *et al.*, 2011; LIMA; COSTA SILVA, 2018).

A proposição desse texto é analisar a geografia que se transforma no município de Belterra, oeste do Pará, na região do Baixo Amazonas. Trata-se da geografia do agronegócio que invade áreas protegidas e áreas dos assentamentos rurais dos camponeses. O artigo é resultado de uma pesquisa realizada no período entre 2015 e 2017, cujo eixo norteador buscou analisar a realidade do município de Belterra referente às transformações no espaço agroflorestal, que configurou territórios em permanentes conflitos: o território do campesinato-agroextractivista e o território do agronegócio sojeiro. Aí residem as dimensões geográficas nas quais as lutas de classes são localizadas, não apenas do ponto de vista sociológico, mas também, na abordagem socioespacial e territorial (COSTA SILVA, 2014).



O crescimento do agronegócio no oeste do Pará afetou diretamente os modos de vida camponês e das diversas comunidades rurais da região do Tapajós. Particularmente, analisa-se a situação fundiária e as dinâmicas socioespaciais e territoriais que envolvem a Área Federal denominada “Gleba da Bota”, no município de Belterra (Figura 1), localizada na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Santarém, região do oeste do estado do Pará. O município possui uma área territorial de 4.398 km², com acessos por via fluvial, através do rio Tapajós, e pela rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Figura 1: Localização do município de Belterra, região do Baixo Amazonas (2018)



Fonte: Trabalho de Campo, 2018

A região é composta pelas seguintes Áreas Protegidas: Floresta Nacional do Tapajós, Terras Indígenas Munduruku-Taquara e Bragança/Marituba, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e Área de Proteção Ambiental Aramaná. As estruturas viárias são formadas pela BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-230 (Transamazônica) e pelo Porto Graneleiro da Cargill (Santarém).

No aspecto metodológico realizamos uma abordagem qualitativa e cartográfica, articulada com revisão teórico-conceitual, dados estatísticos, informações e consulta a documentos públicos das seguintes instituições: INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), COPLAN (Centro de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belterra), STTRB (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), EMATER-PARÁ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará) e SEMAT (Secretaria de Meio Ambiente e Turismo). Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas e diálogos intersubjetivos com servidores de instituições públicas (COPLAN, STTRB, EMATER e SEMAT) e com camponeses-agroextrativistas de Belterra. Realizou-se, ainda, registro de imagens e a observação direta na área estudada.

Assim, problematizamos que o crescimento do agronegócio implicou no fortalecimento das lutas e (re)existências camponesas na região de Belterra, na qual a defesa dos territórios camponeses e indígenas apresenta-se como eixo central de enfrentamento político, porque alude à permanência nos espaços de vida, de trabalho e de cultura.

2 ABORDAGENS DOS CONFLITOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira, além de ser caracterizada por sua diversidade faunística, florística e hidrográfica, apresenta uma ampla heterogeneidade social constituída pelas territorialidades e arranjos socioespaciais dos camponeses, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e caboclos que trabalham, habitam e vivem no/do mundo agrário amazônico, configurado em espaços do campo, da floresta e das águas.

O campesinato manifesta-se diverso na Amazônia, nas variadas tipologias da condição social para com a natureza e territórios (sem-terras, posseiros, ribeirinhos, caboclos, extrativistas e florestais). Como classe social e política (*em si e para si*¹), luta contra as forças hegemônicas do capital representado no agronegócio (soja). Nesse sentido, como asseverado por Oliveira (2001, p. 189), “os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos”. Na atualidade, a questão agrária na Amazônia vai além da luta para entrar na terra. Os camponeses lutam pela permanência *campo-território*, pelo direito ao território e viver no espaço agroflorestal-ribeirinho. A luta se espacializa no momento em que se busca acesso e uso legítimo do

¹ Classe em si pelo fato de (re)existir e classe para si quando no processo de luta tem consciência dela. [...] “Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 1982, p. 159).



território agrário/florestal/ribeirinho, indicadores que cristalizam a reprodução social da vida dos povos do campo, das águas e das florestas.

Entretanto, o avanço e reprodução do modelo de “desenvolvimento” no espaço agrário promoveram estranhamentos que resultaram em novas tessituras na configuração espacial do *agroamazônico*, ressaltando que a valorização dos recursos da natureza, pressão e domínios de territórios constituem na razão pela qual os conflitos territoriais engendrados pelo capital do agronegócio acontecem (PORTO-GONÇALVES, 2015). O capital global, ao dominar o território, ao se apropriar e consumir a natureza estabelece o conflito nos lugares de vida do campesinato amazônico.

O crescimento do agronegócio sojeiro na região do Baixo Amazonas (oeste do Pará) é um fenômeno que engendra novos atributos ao espaço agrário e florestal, materializa conflitos, acirrando a problemática da questão agrária, do problema fundiário e das disputas socioterritoriais.

Na relação social do agronegócio sojeiro para o campesinato há todo um processo de intimidações e violências públicas e particulares, dado que, este modelo hegemônico institucionaliza um mercado de terras e das florestas, especulando e elevando os preços das propriedades, ao tempo que instaura todo um sistema de grilagem de terras e das florestas públicas que pressiona a expropriação do campesinato em seus respectivos territórios (COSTA SILVA; CONCEIÇÃO, 2017). O encontro entre lógicas contraditórias corrobora com os múltiplos desencontros, causam estranhamentos e conflitos sociais, pois a expansão do capital na fronteira amazônica se sustenta no conflito, na violência simbólica, na desterritorialização dos socialmente mais frágeis:

Nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2014, p. 133).

Essa abordagem conceitual da fronteira na Amazônia nos permite compreender a relação entre *capital-campesinato* enquanto totalidade social, considerando que o processo histórico é importante para a identificação dos antagonismos e lutas presentes nos territórios que está sendo colocada em evidência.

Na medida em que o estranho (agronegócio) vai de encontro ao território do campesinato, apropriando e exercendo controle sobre a multiplicidade territorial, em que converte o campo e as florestas em espaços da monocultura, desvelamos os desencontros e conflitos socioterritoriais. É essa realidade que se manifesta no oeste da Amazônia paraense.

Schlesinger e Noronha (2006) discutiram acerca da ampliação do mercado de terras na região, no qual houve a elevação dos preços, destacando a ampla concentração fundiária. Os trabalhos de Costa (2012, 2015) abordam como o planejamento e as estratégias formulados pelo capital do agronegócio significaram a expansão da sojicultura e do mercado de terras no oeste do estado do Pará, qualificando a terra em três tipologias: “*Terra com Mata*”, “*Terras de Pastagens*” e “*Terras de Lavoura*”. Especificamente, na região oeste do Pará, Costa Silva e Conceição (2017) indicaram que os municípios de Santarém e Belterra foram os que mais apresentaram elevação no preço da terra (terra agrícola e área de pastagem), no período de 2010 a 2014, ressaltando que esse processo:

Foi pressionado pela expectativa de construção de redes de transportes, sinalizando aos produtores de soja um verdadeiro comércio territorial com expressiva compra e arrendamento de áreas em regiões promissoras à expansão agrícola” (COSTA SILVA, CONCEIÇÃO, 2017, p. 66).

Esse processo mostra, ainda, que o avanço da fronteira agrícola da soja provocou o êxodo rural dos trabalhadores do campo, migração e desterritorialização. O modelo agroexportador² que se espacializa e se territorializa no oeste da Amazônia paraense modificou vorazmente a geografia dos municípios na região do Tapajós: Santarém e Belterra. Contudo, esses municípios se destacam por sua expressiva territorialidades, organização e resistência camponesa, no qual indicam a reprodução social, cultural e étnica no agroflorestal amazônico:

A história de Santarém e Belterra faz com que os conflitos gerados pela introdução dos vastos campos de soja não se limitem àqueles referentes à titulação e uso da terra. Mais que isso, e apesar das muitas derrotas ante o poder econômico, a região apresenta um grau de organização e resistência de seus trabalhadores rurais raramente alcançados em qualquer outra região do Brasil (SCHLESINGER E NORONHA, 2006, p. 73).

² Nos últimos anos, a produção de soja exerce forte presença no oeste paraense, destacando-se na quantidade produzida e na área plantada, com proeminência produtiva para os municípios de Santarém – 2011 (32,98%), 2012 (32,38%), 2013 (26,46%), 2015 (28,05%) - e Belterra – 2011 (41%), 2012 (38,31%), 2013 (36,26%) e 2015 (45,02%) – conforme dados do IBGE (2015). Mais recentemente, Mojuí dos Campos, sendo que este último vem apresentando uma expansão da área produtiva de grãos, ganhando papel de destaque em relação aos demais municípios. Apesar de esses municípios apresentarem um salto bem expressivo, esses dados tiveram uma queda referente à taxa total da produção de soja, em virtude da emancipação de Mojuí, não sendo mais contabilizado juntamente com o município de Santarém.



Por outro lado, como já afirmamos, no espaço agrário/florestal da Amazônia tem-se uma diversidade de campesinatos. Assim, os camponeses se recriam socialmente, organizam-se em movimento e lutam frente ao poder econômico do agronegócio, cuja marca cartografada é o processo de despojo em escala regional/global que atinge os espaços campesinos, como estudados no oeste do Pará e no sul de Rondônia (COSTA SILVA, 2014).

Particularmente, no oeste do Pará, o cultivo da soja se elevou com a materialização de políticas territoriais centradas nas redes logísticas para o fluxo de mercadorias. A partir da pavimentação da Cuiabá-Santarém (BR-163), em 1997, e da construção e funcionamento do porto da Cargill Agrícola, às margens do rio Tapajós, em 2003 (MARGARIT, 2013; CARNEIRO FILHO, 2005; TORRES, 2005), materializou-se os conflitos fundiários e territoriais, resultado de 20 anos da soja no oeste do Pará (BARROS, 2018). Recentemente, a Câmara Municipal de Santarém, em conluio com a Prefeitura Municipal e empresas do agronegócio, alterou o Plano Diretor da Cidade para entregar o Lago do Maicá a serviço do agronegócio, onde será construído um porto graneleiro. O Lago do Maicá é um espaço das comunidades ribeirinhas e quilombolas onde se pratica a pesca artesanal, atividades turísticas e embarque/desembarque de pequeno porte nas comunidades em torno do Lago. Registra-se que, na Conferência Final do Plano Diretor, foi aprovada por ampla maioria a destinação do Lago às comunidades ribeirinhas e quilombolas, configurando-se em um território desse grupo social.

Portanto, a presença do agronegócio no espaço agroflorestal amazônico corresponde à mercantilização da natureza e da terra, haja vista que o circuito produtivo das *commodities* se expandiu e incorporou as propriedades camponesas em espaços do capital global, seja pela compra, seja pelo arrendamento de terras e, principalmente, pelo conflito, violência e desterritorializações.

O município de Belterra, caracterizado por ter no espaço agrário a multiplicidade camponesa, teve sua configuração espacial transformada com o desenvolvimento da monocultura da soja, fundamentalmente no que tange à produção agroextrativista/ribeirinha, onde a ascensão do capital se realiza como produto de irregularidades fundiárias. Como no caso evidenciado na Área Gleba da Bota, objeto de análise desse texto, trata-se de um território transformado pela burguesia agrária sulista, migrante, rentista, que ignora e busca excluir os camponeses que vivem no *agroflorestal-belterrense*, região do Tapajós.

3 DINÂMICAS AGRÁRIAS E TERRITORIAIS EM BELTERRA

O município de Belterra tem uma população estimada em 17.077 habitantes, sendo 10.281 residentes na zona rural (60%) e 6.796 habitantes na zona urbana (40%). A área municipal está



assim distribuída: área urbana, considerando o perímetro urbano e a zona de expansão, correspondente a 1% do território municipal, 86% de área rural e 13% de massa d'água (principalmente o rio Tapajós). No que se refere somente à área rural, a distribuição apresenta os seguintes dados territoriais: 3% de Área de Preservação Ambiental (APA); 59% refere-se à Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) e 24% é referente às áreas que se situam no eixo da BR-163 e no entorno da área urbana e zona de expansão (BELTERRA, PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, 2016). Portanto, trata-se de um grande município que tem em sua configuração geográfica a presença dos cursos d'água e áreas protegidas, nas quais os camponeses e os grupos indígenas organizam seus territórios.

Destaca-se que em Belterra muitas organizações e movimentos sociais desenvolvem lutas para permanecer nos territórios. As estratégias de luta e de resistências constituem a recriação social das comunidades rurais que vivem e trabalham no espaço agrário e florestal belterrense. Essas organizações sociais estão distribuídas em 7 (sete) distritos: Sede-Centro, São Francisco da Volta Grande, São Jorge, Galiléia, Aramanaí, Piquiatuba e Prainha.

Os diálogos construídos entre as organizações e os movimentos sociais belterrense resultam da comunhão de uma história de lutas constantes contra o agronegócio, que consideramos como forças hegemônicas do capital global, onde os sujeitos sociais objetivam alcançar visibilidade nos seus respectivos territórios e reivindicam o direito de permanência na terra e no território, com melhorias de condições sociais. O município se destaca, ainda, por sua base econômica camponesa expressiva (produção familiar), de grande importância para o abastecimento dos mercados da região do Baixo Amazonas, outras cidades e estados vizinhos.

No contexto histórico-geográfico de Belterra emergiu momentos de lutas pelo reconhecimento/representatividade das comunidades tradicionais da Flona Tapajós e dos povos indígenas de Taquara, Bragança, Marituba e, mais recentemente, dos povos que ocupam a Terra Indígena Munduruku. As associações e organizações de pequenos agricultores, com forte apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB), reforçam um território de constantes lutas contra as forças hegemônicas do agronegócio, pois, essas classes sociais objetivam garantir a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, permitir sua recriação social a partir de seus territórios e territorialidades.

A geografia agrária que se produz no município de Belterra é resultado de disputas entre as diferentes formas de usos dos territórios. O modo de vida dos camponeses e dos povos indígenas que se encontram nas confluências do Tapajós se fundamenta na relação que se estabelece com a *terra (campo)*, a *floresta (vegetação)* e as *águas (rio)*, componentes estes indispensáveis e



indissociáveis à organização social e comunitária, arranjos socioespaciais que estruturam a reprodução social da vida, do trabalho e da morada, enfim, territórios e lugares.

Essa é a configuração predominante do espaço agroflorestal/ribeirinho de Belterra, pois a atividade econômica que garante a subsistência e a renda familiar nas comunidades rurais é a produção agroextrativista (Tabela 1). A produção camponesa é diversificada, e quando se trata do oeste da Amazônia paraense, os sistemas agroflorestais variam ainda mais, porque, além de se dedicar à agricultura (prática da policultura), e ao extrativismo animal e vegetal (pesca e coleta de produtos da floresta), são atividades complementares à subsistência e fomentadoras de trabalho e renda dos sujeitos que residem na região tapajônica e em seu entorno.

Tabela 1: Produção Agroextrativista em Belterra em 2015

Produto	Número de comunidades	Número de produtores	Área Plantada (ha)	Produtividade (ton/ha)	Produção (ton)	Variedades/Cultivares
Pimenta-do-reino	16	86	76	3	228	Bragantina, carimunda, iaçará, paniur e para
Mandioca	31	463	926	12	11.112	Apinagé, acari, boi, pretinha e amarelona
Maracujá	04	08	12	6	72	S/D (casca amarela e vermelha) e nordestina em experiência
Açaí	3	7	77	10	770	BRS-Pará F1 e F2, sangue de boi e chumbinho
Goiaba	01	02	17	660	11.220	Paluma
Banana	06	06	45	22	990	Prata paulista e prata catarina
Melancia	09	12	31	30	930	Rubi e pérola
Laranja	04	10	10	10	100	Não especificado
Tangerina	02	04	01	08	08	Não especificado
Limão	04	10	10	15	150	Não especificado
Mamão	01	03	3,0	08	240	Papaya
Taperebá	3	10	-	-	10	Não especificado
Cupuaçu	3 regiões: Tapajós, Centro, BR-163	1650	-	-	80	Não especificado

Fonte: EMATER BELTERRA-PA, 2015

Organização: Autores

A produção camponesa é variada e atende aos mercados locais (Belterra, Santarém e Mojuí dos Campos), mercados regionais (municípios da região do Baixo Amazonas - PA, cidades de Belém - PA, Macapá - AP, e Manaus - AM). Entretanto, é essa realidade do campesinato amazônico que o agronegócio sojeiro vem negando, a partir da lógica excludente da apropriação de terras e da produção de monoculturas, cujo resultado implica na concentração fundiária e, conseqüente, esvaziamento do campo.

A expansão e o desenvolvimento do capitalismo no oeste da Amazônia paraense, materializado no agronegócio latifundiário, tende a transformar os territórios de trabalho familiar e símbolos da resistência (terra de trabalho) em propriedade privada (terra de negócio) para atender demandas exógenas e multiescalares do agronegócio globalizado (COSTA SILVA, 2014). Nesse sentido, no espaço agrário de Belterra encontra-se um mosaico de conflitos territoriais, considerando que o agronegócio avança em propriedades camponesas e terras públicas com florestas, instaurando coerção territorial e ameaças às múltiplas territorialidades belterrenses (CONCEIÇÃO, 2017; COSTA SILVA; CONCEIÇÃO, 2017).

As comunidades camponesas do município de Belterra são alvo do processo de territorialização do capital. Porquanto, a compra de terras para dar lugar às monoculturas (soja e milho) pressupõe a expropriação do *campesinato-agroextrativista* (CONCEIÇÃO, 2017), colocando em comprometimento a policultura, prática extrativa, soberania alimentar, renda e subsistência familiar das unidades camponesas tapajônicas. Esse processo promove a mercantilização das terras e das florestas, forçando os camponeses a transformarem-se em trabalhadores assalariados, o que tende a encaminhar gradualmente sua desintegração, migração e desterritorialização.

O município de Belterra tem 4 (quatro) Projetos de Assentamentos, sendo 2 (dois) Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) – PAE Pindobal e PAE Aramanaí, que se encontram na margem direita do rio Tapajós – e os Projetos de Assentamentos Coletivos (PAC) – PAC Bela Terra I e PAC Bela Terra II, que se localizam na margem esquerda da rodovia BR-163, sentido Cuiabá-Santarém, no oeste do estado do Pará (Tabela 2 e Figura 2).

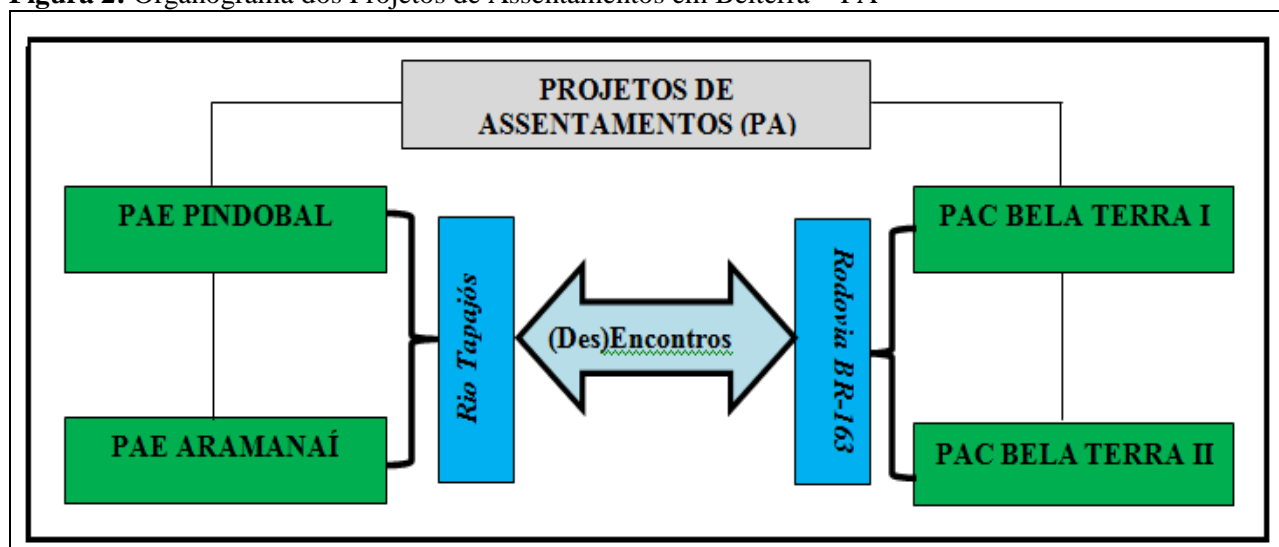


Tabela 2: Informações gerais dos assentamentos no município de Belterra (2018)

Nome do PA	Capacidade	Famílias assentadas	Área PA (ha)	Data de Criação
PAC Bela Terra I	280	240	10850.7772	21/11/2006
PAC Bela Terra II	270	242	11034.6557	21/11/2006
PAE Aramanaí	181	180	3367.0601	19/12/2006
PAE Pindobal	230	164	8072.0373	19/12/2006

Fonte: INCRA.

Organização: Autores

Figura 2: Organograma dos Projetos de Assentamentos em Belterra – PA

Organização: Autores

A complementaridade e o encontro entre a estrada e o rio, no contexto socioespacial belterrense, ocasiona muitos desencontros (conflitos e conflituosidades) entre as classes sociais do agroflorestal/ribeirinho. A territorialização do agronegócio no território do campesinato e nas terras com matas, além de impor o latifúndio, valida as irregularidades fundiárias, por parte do agronegócio, que se encontra incluso nos territórios destinados aos projetos de assentamentos.

Os dois primeiros PAEs se sobrepõem às Unidades de Conservação, em que o agronegócio e as atividades madeireiras e agropecuárias vêm ameaçando a permanência da floresta em pé e, conseqüentemente, as territorialidades das comunidades rurais que habitam a região do Tapajós (Figura 3). São comunidades que vivem da pesca, da agricultura de subsistência e da coleta de produtos da floresta, o que se configura na esfera do trabalho familiar e são indispensáveis para a manutenção da vida. Contudo, o avanço do capital sobre esses territórios, ao exaurir esses recursos

que são de uso do *campesinato-agroextrativista*, indicam a materialização dos conflitos agrários e a destruição dos modos de vidas das comunidades que convivem com a natureza na terra de trabalho.

Figura 3: Vista do rio Tapajós na praia do Pindobal, em Belterra/PA



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Crédito fotográfico: CONCEIÇÃO, Francilene Sales da.

O PAC Bela Terra I abrange as comunidades Portão, Nova Aliança, Nova Esperança e São Pedro, localizadas entre o Km 38 e Km 50, na rodovia Cuiabá-Santarém, bem como as comunidades de Jenipapo e Revolta que se encontram perpendicularmente à rodovia BR-163, cujo acesso a essas localidades ocorre por meio da entrada ao longo do Km 48 ou pelas estradas que dão acesso à cidade de Belterra. O PAC Bela Terra II abrange as comunidades São Francisco da Volta Grande, Amapá e Cedro, que se encontram entre o km 36 e km 30.

Conforme informações concedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2016, esses dois Projetos de Assentamentos Coletivos, onde se encontram as comunidades na margem esquerda da BR-163, não se sobrepõem às Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TI) ou Territórios Quilombolas (TQ). Entretanto, na cartografia da estrada que atualmente vem se tornando domínio do agronegócio, expansão/consolidação de *commodities* (soja e milho), não se enquadra legalmente no perfil de assentamento planejado para as famílias camponesas. Nesse processo – do agronegócio – grandes proprietários de terras vêm impondo, entre as ameaças, uma área destinada à FLONA Tapajós, que se encontra no perímetro do km 48 da BR-163, na comunidade Nova Esperança.



Os limites das propriedades (comprimento e largura) e a proporção medida em hectares dos produtores de *commodities* excede o permitido e fere os instrumentos legais e normativos judicialmente. A questão fundiária da Gleba Federal da Bota é marcada por contradições jurídicas, pois esse imóvel rural, que é de domínio da União, torna-se ilegalmente propriedade do agronegócio, revelando uma geografia agrária excludente e contraditória em que marginaliza e subjugam as comunidades camponesas, promulgando o crime ambiental generalizado sobre as áreas florestais e campesinas.

4 SITUAÇÃO DA GLEBA DA BOTA NO MUNICÍPIO DE BELTERRA

A Gleba Federal Área da Bota é um imóvel rural localizado entre a margem direita do rio Tapajós e a margem esquerda da rodovia BR-163, no sentido Cuiabá-Santarém, município de Belterra, oeste do estado do Pará. No dia 23 de julho de 2015, a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), no Estado do Pará, incorporou esse imóvel como Patrimônio da União, terra devoluta, uma área remanescente da Concessão de Belterra.

Esse imóvel rural é remanescente da Companhia Ford Industrial do Brasil, uma porção maior de 281.500 hectares, passando para a jurisdição da União Federal, por meio do Banco de Crédito da Borracha S.A, conforme consta nos termos do Decreto Lei nº 8.440, de 24/12/1945, registrado no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Santarém, estado do Pará.

Ademais, a situação fundiária da área Federal da Gleba da Bota, na qual vivem as comunidades do campo, das águas e das florestas, fundamentalmente nas áreas destinadas aos projetos de assentamentos, vem enfrentando as forças coercitivas do capital hegemônico que busca institucionalizar sua lógica ao transformar áreas naturais em espaço das *commodities*.

A espacialidade do agronegócio se difunde nos heterogêneos espaços de vidas e nas profundezas das massas florestais, conformando um sistema de apropriação, dominação, controle, sob novas formas de usos/consumo das multiplicidades de territórios tapajônicos. Apropria-se dos territórios florestais em estágio de conservação e preservação, ultrapassando os códigos que regem as leis ambientais.

Referente às informações da Gleba da Bota, apontou-se:

Essa daqui é a escritura do que foi incorporado da Gleba da Bota, no município de Belterra, com todas essas coordenadas geográficas, etc. Aqui nessa área tem quatro projetos de assentamento é..., apresentados e propostos pelo INCRA. Ela abrange exatamente da área da BR pra beira do rio Tapajós, conforme está escrito aqui. No limite de Santarém, do Cedro até lá no 50, certo, que é o que abrange esse

trem aqui. Então, esse aqui é a prova de que agora, a partir do dia 23 de julho passado foi incorporado, conforme o estabelecido, e aqui tem, em cima desse planalto, dois projetos de assentamentos, o PAC Bela Terra 1 e o PAC Bela Terra 2. Os dois estão interditados pelo Ministério Público Federal porque grande parte das pessoas que está aí dentro desses projetos de assentamentos não preenchem os requisitos, por exemplo, a turma da soja, certo? Se é pra ter até 100 hectares no lote, tem gente que tem 10.000 aqui dentro, inclusive dentro da área urbana que tem o Plano Diretor, que dentro da Gleba, que seria a Gleba da cidade, da zona urbana. Como você vê, tem inconstitucionalmente plantio de grão, da monocultura de soja e milho, principalmente, de soja e de milho certo? Então, é, por isso que o Ministério Público Federal pediu a interdição dos dois projetos de assentamento aqui em cima, o PAC Bela Terra I e PAC Bela Terra II, essa é uma modalidade e isso está em processo de discussão junto a SPU a partir do mês passado, vieram aqui, fizeram uma vistoria. Os outros dois é da beira da rampa para a margem do rio Tapajós, conforme está aqui nesse mapa, conforme tá nesse mapa tem um platô nessa beira aqui, que sobe nessa beira do rio, é da beira desse gapó aí pra baixo, tem também dois projetos fora da Flona, é uma outra modalidade Projeto de Assentamento Agroextrativistas, PAE Pindobal e PAE Aramanaí, que são projetos agroextrativistas que é outra modalidade, lá no caso não pode fazer plantio de grãos, de soja, lá não pode fazer corte raso para detonar tudo, mas aqui em cima está desse jeito. Então, isso também é um diferencial, e aí lá também está interditado porque não tem só agroextrativismo, tem nego plantando cana pra fazer cachaça, pois é, plantação de pastagem em larga escala, tem muitos projetos, inclusive para serraria, etc., lá embaixo. Eles vieram aqui, o pessoal da Secretaria de Patrimônio da União veio aqui pra fazer um processo de fiscalização de 20 a 26 de julho e detectaram um monte de horror em Belterra. Então, estão fazendo um relatório, com certeza daqui para o final de ano talvez eles apresentem o relatório, aí todos os órgãos que fazem estão envolvidos, que devem ser convidados a sentar na mesma mesa pra poder se discutir e decidir o que fazer (ENTREVISTA³ COPLAN PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, em 12/09/2016).

Essa entrevista refere-se às dinâmicas socioespaciais dos PACs Bela Terra I e II e PAEs Aramanaí e Pindobal, onde se manifestam dezenas de irregularidades e fraudes fundiárias em Belterra, o que aprofunda a problemática da questão agrária na região. Os camponeses-agroextrativistas são os principais sujeitos afetados pelo processo de transformação dos territórios, na medida em que cresce os impactos do agronegócio e das atividades econômicas inerentes à dinâmica territorial das *commodities*.

A espacialização e a territorialização da luta camponesa agroextrativista do Tapajós se recria nesse processo. Porquanto, na Gleba da Bota criam-se estratégias de resistências contra o agronegócio sojeiro, almejando garantir permanência e legitimidade na relação processual que se materializa contraditoriamente nas terras, nas águas, nas florestas e nos múltiplos territórios.

Entretanto, a representação e a lógica operacionalizada na Gleba da Bota para as comunidades rurais de Belterra vai além da dimensão do território material. A analogia cartografada

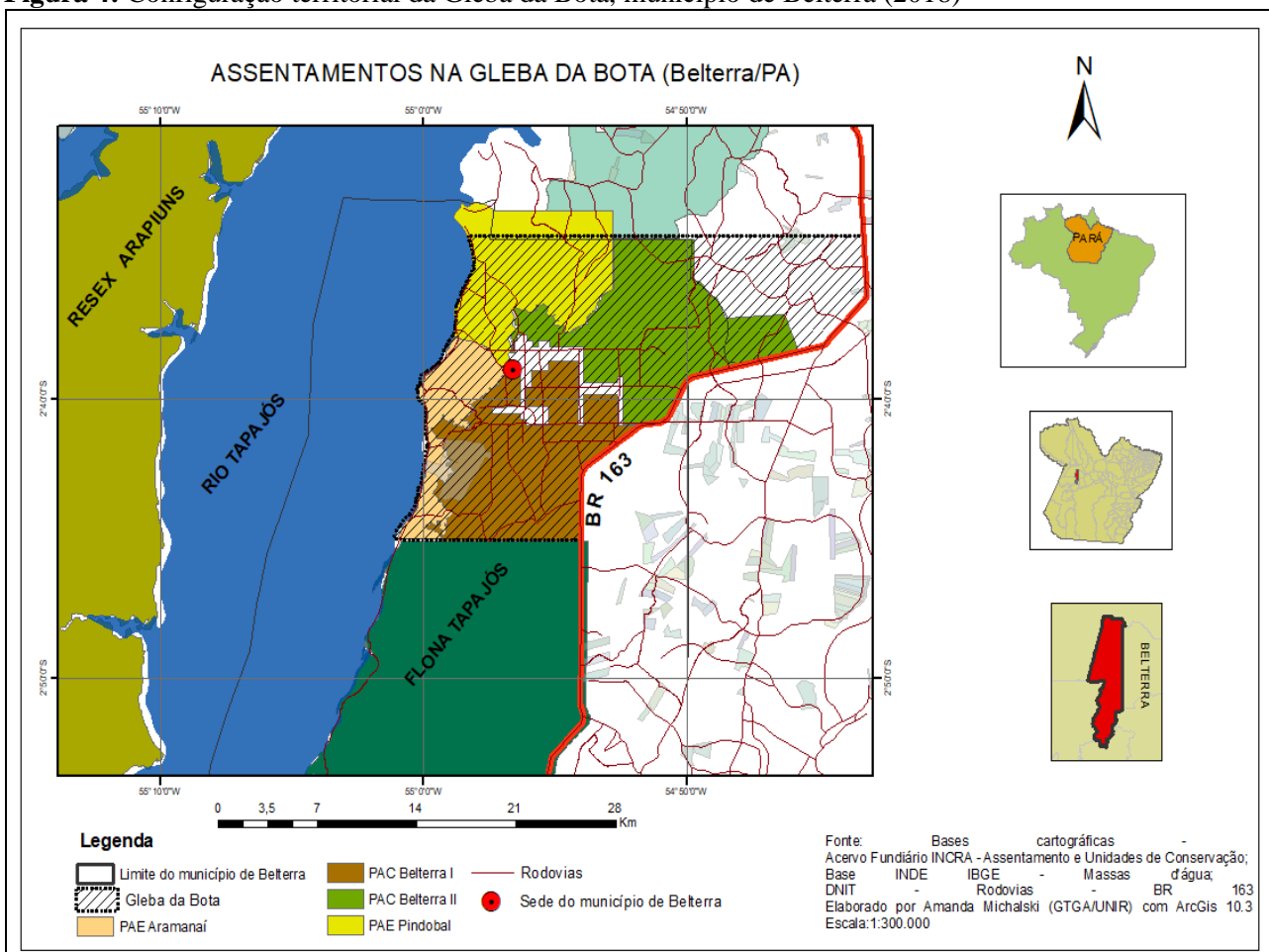
³ Entrevista concedida por um representante da Coordenação de Planejamento do Setor de Terras da Prefeitura Municipal de Belterra. Ocorreu no mês de setembro de 2016.



no formato da “bota” reporta a uma interpretação peculiar e simbólica para as comunidades que vivem e experienciam o campo, as águas e as florestas. Na esfera do território imaterial, essa dada porção do espaço é a concretude do território de vida, do trabalho familiar e da moradia das diferentes tipologias de trabalhadores do rural amazônico belterrense.

O “bico da botina” indica a estrada (rodovia BR-163) e a parte traseira arredondada do calcanhar da botina corresponde ao rio Tapajós (Figura 4). Mas, ao mesmo tempo em que possui diversos significados simbólicos e identitários para os camponeses agroextrativistas do Tapajós, essa unidade territorial se conforma como o ponto de encontro e também de desencontros entre *Geografia do Campesinato* e a *Geografia do Agronegócio Sojeiro*, pois, determina, *a priori*, ascendência de um território em disputas em virtude da concentração e especulação fundiária difundida pela (ir)racionalidade capitalista no espaço agrário, *locus* da transparência conflituosa das irregularidades fundiárias e da propriedade privada.

Figura 4: Configuração territorial da Gleba da Bota, município de Belterra (2018)



Fonte: Trabalho de Campo, 2018

Também é o encontro e desencontro entre duas geografias: a *geografia da estrada* com a *geografia do rio*, onde se se constrói o espaço da reprodução social camponesa e das coexistências de territorialidades tapajônicas. Porém, ao mesmo tempo, este se configura como os territórios dos desencontros, porque as contradições fundiárias envolvendo campesinato e agronegócio sojeiro são materializadas no espaço agroflorestal e ribeirinho, o que pressupõe expropriações, intimidações e coerção territorial. Desta forma, a Área Federal da Bota e seu desencontro territorial é tanto a causa como a consequência da expansão capitalista no oeste paraense. Expressa, assim, uma materialidade dialética, no qual o espaço é concebido como produto da acumulação ampliada do capital.

Os agricultores/produtores familiares que se encontram na margem esquerda, sentido Cuiabá-Santarém, ocupam terras da União e, estando inclusos na Área da Bota, fazem usos da terra, da floresta e do território, considerando que, ainda, não lhes foi assegurada a posse legítima: o título da terra. Praticam uma agricultura heterogênea e saudável, cultivam vários produtos, como frutas, legumes, verduras, cereais e outras sementes variadas, que garante a soberania alimentar das unidades familiares camponesas tapajônicas.

Esses camponeses posseiros não possuem títulos da terra, pagam apenas o Imposto Territorial Rural (ITR) e lutam cotidianamente para conseguir a posse legítima da propriedade em uso, por isso, esperam uma resposta imediata do Estado para a amenização do problema. Nas palavras de um entrevistado: *“porque lá no INCRA só é promessa, mas eles nunca fazem..., o que, nós aqui, já era pra todo mundo ter seu documento, da sua terra e ninguém tem”* (ENTREVISTA⁴, CAMPONÊS, 2016, em 16/02/2016).

Nesse sentido, os PACs e os PAEs encontram-se interditados judicialmente pelo Ministério Público Federal (MPF), visto que os produtores de soja não atendem aos requisitos legais do projeto de assentamento. Tem produtores (agricultores capitalistas) com propriedades de até 10.000 hectares, sendo que o permitido são propriedades com até 100 hectares, além do que, o trabalho desenvolvido deve ser familiar. Assim, a espacialização das *commodities* se expande, não somente no rural, mas, alcança o perímetro urbano de Belterra. Esse tipo de cultivo demanda áreas em grande escala para a sua produção, impondo a reconcentração de terras, seja por vias legais ou ilegais. Por isso, esse processo é contraditório, na medida em que a sojicultura não se enquadra no perfil de levantamento para a criação dos assentamentos.

Nesta perspectiva, o espaço agrário belterrense possui uma particularidade na organização do território, porque existem grandes áreas monocultoras concentradas e se expandindo consideravelmente dentro do perímetro da zona urbana municipal, confundindo os recortes

⁴ Entrevista concedida por um camponês posseiro do município de Belterra. Foram entrevistados 14 sujeitos, sendo 5 mulheres e 9 homens, com idade acima de 50 anos de idade. Elas ocorreram de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016.



espaciais definidos em zonas, isto é, no qual determinamos o que é “rural” e o que é “urbano”. Essas categorias utilizadas na geografia como uma abordagem dicotômica, ao mesmo tempo, são pares indissociáveis na dialética da divisão territorial do trabalho imposta pela lógica capitalista, sendo assim, complementares na (re)produção do espaço de Belterra: a agricultura das *commodities* não é desenvolvida somente no campo, mas é praticada também na cidade (PEREIRA, 2012).

Dessa forma, os PAs se configuram como projetos incoerentes, descaracterizados pela pressão do agronegócio. Na Gleba da Bota o agronegócio se territorializa e se (re)produz mediante a apropriação ilegal de terras da União destinadas aos camponeses, cristalizando ampla concentração fundiária e instaurando a propriedade privada do agronegócio que, em alguns casos, encontra pelo Estado legitimidade. Essa atividade econômica de escala global vislumbra uma conjuntura de mercantilização da terra sob a égide do capital, em um processo materializado em ameaças, intimidações, conflitos e irregularidades fundiárias. Provoca, portanto, a expropriação e o desequilíbrio do campesinato no arranjo espacial agrohidroflorestal das comunidades rurais do Tapajós.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Baixo Amazonas se tornou espaço da expansão do capital. Convergem para tal processo as “supostas” grandes “disponibilidades” de terras (leia-se principalmente da União), mediante incentivos fiscais e creditícios, somado a abundância em recursos naturais, o que contribui para a territorialização de projetos e programas hegemônicos do agronegócio globalizado.

A migração dos produtores de soja para o oeste paraense, originários principalmente do Sul do Brasil, iniciou a partir de 1997 e, desde então, vem modificando a geografia de Belterra. Nessa região se instaurou a lógica do capital globalizado assentada no agronegócio, com seus sistemas de engenharias materializados em redes de transportes rodoviário e logísticas, a exemplo da pavimentação da BR-163, ampliação e construção do porto graneleiro da Cargill, nas margens do rio Tapajós, e os portos planejados para os rios Amazonas (Santarém) e Tapajós (Belterra). Na paisagem rural amazônica, sempre povoada pelas grandes castanheiras (*Bertholletia excelsa*), aos poucos novos objetos técnicos preenchem os campos, a exemplo dos silos, galpões e maquinarias, materializando no espaço agrário o circuito do capital (produção, circulação, distribuição e consumo).

As comunidades rurais tapajônicas que possuem suas territorialidades e espacialidades ancoradas no campo, nas águas e nas florestas têm seus modos de vida ameaçados, sobretudo

quando se nega suas existências na *terra de trabalho*, de morada e de reprodução da vida. Os territórios florestais, em estágio de preservação e conservação, vêm se tornando alvo de grande interesse dos agentes ligados ao agronegócio. A exemplo desse processo tem-se as ameaças à APA Aramanaí e à Flona Tapajós, na medida em que se vem alterando os instrumentos normativos de ordenamento do território (principalmente por medidas provisórias) que atingem a proteção das florestas e, em geral, das áreas protegidas. O agronegócio exerce forte pressão sobre essas áreas, almejando transformar tudo em mercadoria, em espaço das *commodities*.

Legitima-se o crime ambiental sobre o agroflorestal e ribeirinho que configura o mosaico socioespacial da região do Tapajós. A APA Aramanaí é um território comprometido, pois, recentemente, foi aprovado um projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, na Câmara Municipal de Belterra, cujo objeto era reduzir essa APA com vista à construção de portos graneleiros às margens do rio Tapajós.

Igualmente, os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE Aramanaí e PAE Pindobal) que se encontram à margem direita do rio Tapajós, e os Projetos de Assentamentos Coletivos (PAC Bela Terra I e PAC Bela Terra II) situados à margem esquerda da rodovia Cuiabá-Santarém, sinalizam o (des)encontro entre duas geografias: *Geografia da Estrada* e a *Geografia do Rio*. Nesse arranjo espacial existem muitas irregularidades fundiárias, porque existem áreas de soja na área destinada ao PA que não atendem aos pré-requisitos do projeto, dificultando e disputando o território do campesinato.

As forças hegemônicas do agronegócio disputam os espaços institucionalizados no município de Belterra, exigindo um rápido reordenamento do território para ampliar as áreas de *commodities*. O caso da Gleba da Bota é a manifestação dessas irregularidades fundiárias, contextualizada no âmbito dos conflitos agrários e territoriais, principalmente quando o agronegócio invade as áreas destinadas aos projetos de assentamentos do campesinato, como analisado neste texto.

A geografia que se produz em Belterra indica que o agronegócio busca se apropriar de terras públicas (áreas protegidas e assentamentos rurais), na perspectiva de assumir domínio territorial para impor um único modelo de agricultura. Nesse aspecto, as resistências dos camponeses, dos povos indígenas e das comunidades rurais transformam a luta pela terra em luta por território, pelos direitos humanos, pelo direito em viver e vivenciar a cultura e o território livre das amarras do capital globalizado.



REFERÊNCIAS

BARROS, M. J. B. Dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado da soja na Amazônia: o caso de Santarém (Pará). In: COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO (Org.). **Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 49-65.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Temos um esplêndido passado pela frente? As possíveis consequências do asfaltamento da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005, 496 p.

CAVALCANTE, M. M. A; NUNES, D. D; SILVA, R. G.C; LOBATO, L. C. H. Políticas territoriais e mobilidade populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das hidrelétricas no rio Madeira (Rondônia/Brasil). **Confins** (Paris), v. 11, p. 1-18, 2011. Link: <http://confins.revues.org/6924>

CONCEIÇÃO, Francilene S. da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra-Pará**. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Porto Velho, Rondônia, 2017, 225f.

COSTA SILVA, R. G. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), v. 18, n. 2, p. 298–312, 20 set. 2014.

COSTA SILVA, R. G.; CONCEICAO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **Geographia** (UFF), v. 19, p. 54-72, 2017.

COSTA SILVA, R. G.; LIMA, L. A. P; CONCEIÇÃO, F. S. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente às hidrelétricas e ao agronegócio. **Confins** (Paris), v. 36, n. 36, p. 1-12, 2018. Link: <https://journals.openedition.org/confins/13980>

COSTA, Solange M. G. da. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012, 312 f.

COSTA, Solange Maria G. da. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia. Universidade Federal do Pará (UFPA). **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 173-185, jan./jun. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal**, 1990-2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional Pará/Santarém - SR 30. **Assentamentos - Informações Gerais**. Brasília, INCRA, 2018. 10 p. acesso: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

LIMA, L. A. P; COSTA SILVA, R. G. Cartografia das hidroestratégias na Amazônia brasileira. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 12, n. 28, jan./abr. de 2018. p. 129-142. Link: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4510>

- MARGARIT, Eduardo. Os interesses em torno da pavimentação da BR-163: Tramas políticas envolvidas na consolidação de um novo corredor logístico na Amazônia. **Revista Mato-Grossense de Geografia-RMGEO**. Cuiabá - n. 16, p. 168-197, jan/jun, 2013.
- MARTINS, José. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo: 15 (43), 2001, p. 185-206.
- PEREIRA, José Carlos Matos. **Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia Brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. 256f.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, 2010. **Diagnóstico socioeconômico de Belterra**. Gráfica e Editora Tiagão. Belterra/PA. Disponibilizado em 2016.
- SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Sílvia. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. – Rio de Janeiro: FASE, 2006.
- TORRES, Maurício. Fronteira, um eco sem fim: considerações sobre a ausência do Estado e a exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163. In: _____ (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005, 496 p.

Recebido em 12 de Outubro de 2017
Aprovado em 27 de Março de 2019

